

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA

***DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016***

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Confederação Brasileira de Tênis de Mesa

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por nós, cujo parecer datado de 07 de abril de 2017, foi emitido com ressalva sobre (i) a ausência da conciliação do controle operacional dos bens do imobilizado com os bens registrados no ativo imobilizado pela contabilidade, (ii) ausência da depreciação sobre os custos dos bens do ativo imobilizado, (iii) registros dos ajustes de exercícios anteriores apresentados no patrimônio social e (iv) ausência dos registros das provisões de férias e encargos dos seus funcionários. Durante o exercício de 2017, constatamos a regularização de todas as ressalvas. Por esse motivo, alteramos a nossa opinião e emitimos o relatório sem ressalvas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que a proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Entidade, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade da continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem fazer com que a Entidade interrompa a sua continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, RJ, 04 de abril de 2018.

FSA NETWORK Consultores
CRC-RJ-003004/O-2

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'L. Soares'.

Levi O. Soares
Contador-CRC-RJ-031950/O-9

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais, centavos omitidos)

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	1.013.168	1.171.507	Empréstimos bancários	28.000	126.856
Adiantamentos	555.126	582.770	Obrigações governamentais	1.266.992	1.718.372
Outros créditos	149.257	94.562	Contas a pagar	386.031	100.516
	1.717.551	1.848.839	Obrigações fiscais e trabalhistas	287.829	299.192
			Parcelamentos de impostos	28.049	124.766
				1.996.901	2.369.702
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Outros créditos	81.136	-	Fundo especial	309.359	718.663
Ativos especiais	309.359	718.663	Contas a pagar	75.095	-
Imobilizado	1.579.015	1.799.871	Parcelamento de impostos	350.501	350.501
	1.969.510	2.518.534	Provisão para contingências	-	96.588
				734.955	1.165.752
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Patrimônio social	1.878.205	1.878.205
			Déficits acumulados	(923.000)	(1.046.286)
				955.205	831.919
TOTAL DO ATIVO	3.687.061	4.367.373	TOTAL DO PASSIVO	3.687.061	4.367.373

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais, centavos omitidos)

	2017	2016
RECEITAS		
Receitas de recursos públicos		
Receitas da Lei Agnelo/Piva	4.317.723	5.281.118
Convênios com Ministério dos Esportes	192.879	4.023.823
Lei de Incentivo ao Esporte	-	312.356
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	-	153.014
	4.510.602	9.770.311
Receitas de recursos públicos		
Anuidades de federações	190.343	218.528
Eventos e torneios	936.505	621.696
Outras receitas operacionais	1.534.530	467.877
	2.661.278	1.308.101
DESPESAS		
Gastos com recursos públicos		
Gastos da Lei Agnelo/Piva	(4.317.723)	(5.259.547)
Gastos dos Convênios com Ministério dos Esportes	(192.879)	(4.023.823)
Lei de Incentivo ao Esporte	-	(312.356)
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	-	(153.014)
	(4.510.602)	(9.748.740)
Gastos com recursos públicos		
Despesas com eventos e torneios	(1.435)	(70.511)
Despesas gerais	(2.356.898)	(797.894)
Despesas tributárias	(14.464)	(11.917)
Resultado financeiro líquido	(165.195)	(163.025)
	(2.537.992)	(1.043.347)
Superávit do exercício	123.286	286.325

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais, centavos omitidos)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Déficits acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.778.789	(776.415)	1.002.374
Doações ao patrimônio	99.416	-	99.416
Ajustes de exercícios anteriores	-	(556.196)	(556.196)
Superávit do exercício	-	286.325	286.325
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.878.205	(1.046.286)	831.919
Superávit do exercício	-	123.286	123.286
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.878.205	(923.000)	955.205

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais, centavos omitidos)**

	2017	2016
Atividades operacionais		
Superávit do exercício	123.286	286.325
Ajustes		
Depreciação	747.576	110.899
Provisão para contingências	-	96.588
Ajustes de exercícios anteriores	-	(556.196)
	870.862	(62.384)
Variação do ativo/passivo circulante		
Adiantamentos	27.644	616.380
Outros créditos	(135.831)	(1.770)
Empréstimos bancários	(98.856)	(208.647)
Obrigações governamentais	(451.380)	(711.617)
Contas a pagar	264.022	(40.153)
Obrigações fiscais e trabalhistas	(11.363)	(56.067)
Parcelamentos de impostos	(96.717)	451.178
Caixa gerado pelas atividades operacionais	368.381	(13.080)
Atividades de investimentos		
Imobilizado	(526.720)	(131.981)
Caixa gerado pelas atividades de investimentos	(526.720)	(131.981)
Atividades de financiamentos		
Patrimônio social	-	99.416
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos	-	99.416
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(158.339)	(45.645)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.171.507	1.217.152
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.013.168	1.171.507
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(158.339)	(45.645)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Em reais, centavos omitidos)

1. Contexto operacional

A Confederação Brasileira de Tênis de Mesa, designada pela sigla CBTM, filiada à Federação Internacional de Tênis de Mesa, designada pela sigla ITTF, à União Latino Americana de Tênis de Mesa, designada pela sigla ULTM, à Confederação Sul-Americana de Tênis de Mesa, designada pela sigla CSATM, ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB), e ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), é uma associação de fins não econômicos, de caráter desportivo. Foi fundada e está sediada na cidade do Rio de Janeiro, desde 30 de maio de 1979.

A CBTM, dentro da sua finalidade desportiva, possui os seguintes principais objetivos:

- a) Administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar em todo o país a prática do tênis de mesa em todos os níveis e manifestações sociais, inclusive os estudantis praticados por alunos das escolas primárias e secundárias;
- b) Representar o tênis de mesa brasileiro junto aos poderes públicos em caráter geral;
- c) Representar o tênis de mesa brasileiro no exterior, em competições amistosas ou oficiais da União Latino-Americana de Tênis de Mesa, Confederação Sul-Americana de Tênis de Mesa, da respectiva Federação Internacional de Tênis de Mesa e outras entidades vinculadas, com poderes para celebrar acordos, convenções, convênios e tratados, assim como orientar, coordenar, condicionar e fiscalizar as atividades de âmbito sistema internacional das suas afiliadas, observando as competências do COB e CPB;
- d) Promover ou permitir a realização de competições interestaduais e de competições internacionais no território brasileiro;
- e) Respeitar e fazer respeitar as regras, normas e regulamentos internacionais e olímpicos, e demais atos normativos editados por poderes e órgãos de hierarquia superiores;
- f) Regulamentar as inscrições dos praticantes do tênis de mesa na CBTM e as transferências de uma para outra de suas filiadas, fazendo cumprir as exigências das leis nacionais e internacionais;

- g) Promover e fomentar a prática do tênis de mesa de alto nível, estudantil, universitário, em empresas públicas e privadas, Forças Armadas e Auxiliares e portadores de deficiências físicas e intelectuais;
- h) Promover o funcionamento de cursos técnicos de aprendizagem e aprimoramento do tênis de mesa;
- i) Promover a realização de campeonatos e torneios do desporto que dirige;
- j) Expedir a filiais estaduais, com caráter de adoção obrigatória, qualquer ato necessário à organização, ao funcionamento e à disciplina das atividades de tênis de mesa que promoveram ou participaram;
- k) Regulamentar as disposições legais baixadas a respeito dos atletas dispendo sobre inscrições, registro, inclusive de contrato, transferências, remoções, reversões, cessões temporárias ou definitivas;
- l) Decidir sobre a promoção de competições interestaduais ou nacionais pelas filiadas, estabelecendo diretrizes, critérios, condições e limites sem prejuízo de manter a privacidade de autorização para que tais entes desportivos possam participar de competições de caráter internacional;
- m) Interceder perante os poderes públicos, em defesa dos direitos e interesses legítimos das pessoas jurídicas e físicas sujeitas à sua jurisdição;
- n) Praticar no exercício da direção nacional do tênis de mesa, todos os atos necessários à realização de seus fins;
- o) Desenvolver programas de inserção social em comunidades carentes, por meio de concessão de bolsas de estudos e incentivo a saúde e educação, enquanto princípio fundamental da atividade desportiva;
- p) Fomentar a prática desportiva, não só o tênis de mesa como outras atividades desportivas, divulgando e incentivando o desporto educacional, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento do indivíduo e sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;
- q) Filiar-se ou desfiliar-se a instituições nacionais e interestaduais, após aprovação do Comitê Executivo;
- r) Manter e incrementar as relações amistosas e desportivas entre suas filiadas, incentivando o intercâmbio entre elas;

- s) Aprovar as suas filiadas ou qualquer pessoa física ou jurídica do quadro das suas filiadas, como a permissão destas, a promover cursos, simpósios, estágios, ou de outras atividades de natureza teórica ou prática, em torno da modalidade de tênis de mesa, no território nacional;
- t) Organizar ou autorizar os calendários anuais de eventos nacionais e internacionais oficiais das manifestações da modalidade de tênis de mesa.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em obediência à Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas estabelecidas pela NBC TG 1.000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

2.2 Principais práticas contábeis

As principais práticas e procedimentos contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, juntamente com a composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas a seguir:

a. Resultado das operações

É apurado em conformidade com o regime contábil da competência de exercícios, exceto a provisão de férias e encargos que são registrados pelo fato gerador do pagamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados pelos recursos mantidos em espécie na tesouraria da Entidade e pelos saldos dos depósitos bancários à vista, de livre movimentação em instituições bancárias no País.

As aplicações financeiras, representadas por investimentos temporários de curto prazo mantidos em instituições financeiras no País, com prazos de vencimentos de até três meses a contar da data da aquisição, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são avaliadas pelos valores efetivamente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Nenhuma das aplicações financeiras é destinada à negociação ou se encontra disponível para venda, motivo pelo qual não são avaliáveis pelo seu valor justo ou de mercado. Deste modo, não foram efetuados registros contábeis no patrimônio líquido a título de ajustes de avaliação patrimonial em decorrência dos aumentos ou diminuições de valor resultante das avaliações pelo critério de valor justo ou de mercado, visto que os montantes demonstrados efetivamente representam os respectivos valores de realização.

c. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações, que não supera o valor provável de recuperação determinado com base nos resultados das operações futuras da Entidade. As depreciações foram calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens.

d. Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos. São subsequentemente apresentados ao custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis).

Quando relevantes, os custos de transação são contabilizados como redutores dos empréstimos e reconhecidos no resultado ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

e. Passivo circulante

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data dos balanços.

f. Imposto de renda e contribuição social

A Entidade está isenta de pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social, em virtude de não ter finalidade de lucros, conforme determinado pelo artigo 174 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999.

g. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os valores estão apresentados em Real, foram arredondados para o número mais próximo e estão com centavos omitidos, exceto quando indicado de outra forma.

h. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos anualmente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	18.797	57.614
Bancos conta movimento	294.665	98.599
Aplicações financeiras	699.706	1.015.294
Total	<u>1.013.168</u>	<u>1.171.507</u>

Os saldos de conta corrente e aplicação financeira são assim demonstrados por recursos:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Recursos próprios	<u>167.059</u>	<u>21.870</u>
Comitê Olímpico Brasileiro	972	7.420
Comitê Paralímpico Brasileiro	121.606	5.588
Ministério dos Esportes	2.030	16.139
Lei de Incentivo ao Esporte	20	44.604
Outros convênios	2.978	2.978
Recursos públicos	<u>127.606</u>	<u>76.729</u>
Total dos bancos conta movimento	<u>294.665</u>	<u>98.599</u>

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Comitê Olímpico Brasileiro	146.843	4.485
Comitê Paralímpico Brasileiro	46.882	70.840
Ministério dos Esportes	13.119	842.056
Lei de Incentivo ao Esporte	492.762	97.913
Outros convênios	100	-
Total das aplicações financeiras – Recursos públicos	<u>699.706</u>	<u>1.015.294</u>

4. Adiantamentos

Os saldos de adiantamentos representam gastos realizados com recursos públicos que serão ressarcidos ou devolvidos no exercício seguinte. São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Comitê Olímpico Brasileiro	278.855	375.541
Ministério dos Esportes	276.271	207.229
Total	<u>555.126</u>	<u>582.770</u>

5. Ativos especiais

Os ativos especiais estão representados por aquisições de bens com recursos públicos e estão demonstrados em contra partida dos fundos especiais no passivo não circulante, com o mesmo saldo. São transferidos para o imobilizado da entidade quando doados pelas entidades públicas. São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Máquinas e equipamentos – Comitê Olímpico Brasileiro	<u>3.364</u>	<u>-</u>
Máquinas e equipamentos	6.964	637.663
Computadores e periféricos	7.282	-
Materiais esportivos	149.042	-
Móveis e utensílios	5.395	-
Total de bens – Ministério dos Esportes	<u>168.683</u>	<u>637.663</u>
Mesa de tênis	-	81.000
Materiais esportivos	137.312	-
Total de bens – Lei de Incentivo ao Esporte	<u>137.312</u>	<u>81.000</u>
Total	<u>309.359</u>	<u>718.663</u>

6. Imobilizado

É assim demonstrado em 31 de dezembro:

	2017			2016
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Imóveis	-	20.364	-	20.364
Móveis e utensílios	10%	117.159	(70.853)	608.005
Máquinas e equipamentos	10%	283.327	(151.286)	347.043
Computadores e periféricos	20%	439.709	(366.453)	399.693
Instalações	10%	9.384	(2.873)	31.603
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	90.810	(46.115)	59.206
Software	20%	18.510	(3.215)	57.210
Material esportivo	10%	1.608.032	(367.502)	276.747
		2.587.312	(1.008.297)	1.799.871

7. Obrigações governamentais

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

		2017	2016
Comitê Olímpico Brasileiro – COB	(i)	95.925	195.780
Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB		97.919	251
Ministério dos Esportes	(ii)	471.768	1.302.051
Projeto Lei de Incentivo ao Esporte		597.723	211.124
Secretaria Municipal de Esporte Lazer de Manaus		3.657	9.166
		1.266.992	1.718.372

- (i) Durante o exercício de 2017, a Confederação Brasileira de Tênis de Mesa recebeu recursos do COB, através de repasses da Lei Agnelo/Piva. Foram utilizados e/ou devolvidos o montante de R\$ 2.580.995 (R\$ 3.818.775 em 2016), nas operações do objeto social da Entidade. O saldo em 31 de dezembro de 2017, que era de R\$ 95.925 (R\$ 195.780 em 2016), será utilizado para quitar despesas relativas a projetos não encerrados em 2017, ou devolvido ao COB.

- (ii) Durante o exercício de 2017, a Confederação Brasileira de Tênis de Mesa manteve o convênio com o Ministério dos Esportes, que foram firmados em 2012. A receita apresentada em 2017 foi de R\$ 192.879 (R\$ 4.023.823 em 2016), para aplicação nos objetos findos de cada contrato. O saldo em 31 de dezembro de 2017, que era de R\$ 471.768 (R\$ 1.302.051 em 2016), será devolvido ao Ministério dos Esportes ou aplicado em projetos no próximo exercício.

Convênio - ME 776456:

Em 31 de dezembro de 2012, foi firmado o convênio que tem por objeto a participação em competições internacionais de alto rendimento da seleção brasileira paralímpica de tênis de mesa visando à participação nos Jogos Paralímpicos Rio 2016. Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor de R\$ 1.520.846. O presente contrato vigorou até 31 de dezembro de 2014.

Em janeiro de 2015, foi realizado o 1º aditivo do contrato, prorrogado para 30 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015, foi realizado o 2º aditivo do contrato, prorrogado para 31 de agosto de 2016, e destinação adicional de R\$ 1.136.306, totalizando R\$ 2.613.153, considerando a contra partida de aporte de recursos da CBTM.

Convênio - ME 776484:

Em 17 de dezembro de 2012, foi firmado o convênio que tem por objeto a preparação da seleção brasileira paralímpica de tênis de mesa visando à participação nos Jogos Paralímpicos Rio 2016. Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor de R\$ 2.414.016. O presente contrato vigorou até 30 de dezembro de 2014.

Em 30 de agosto de 2015, foi realizado o 1º aditivo do contrato, prorrogado para 20 de outubro de 2016, e destinação adicional de R\$ 2.240.431, totalizando R\$ 4.654.447, considerando a contra partida de aporte de recursos da CBTM.

Convênio - ME 777876

Em 31 de dezembro de 2012, foi firmado o convênio que tem por objeto a preparação de atletas olímpicos de tênis de mesa de alto rendimento para participação nos Jogos Olímpicos Rio 2016. Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor de R\$ 1.821.269. O presente contrato vigorou até 31 de dezembro de 2014.

Em janeiro de 2015, foi realizado o 1º aditivo do contrato, prorrogado para 20 de setembro de 2016, e destinação adicional de R\$ 1.232.400, totalizando R\$ 3.053.669, considerando a contra partida de aporte de recursos da CBTM.

Convênio - ME 778138

Em 31 de dezembro de 2012, foi firmado o convênio que tem por objeto a participação em competições internacionais e treinamentos de alto rendimento da seleção brasileira de tênis de mesa visando à classificação nos Jogos Olímpicos Rio 2016. Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor de R\$ 3.553.047. O presente contrato vigorou até 31 de dezembro de 2014.

Em janeiro de 2015, foi realizado o 1º aditivo do contrato, prorrogado por, no mínimo, 60 dias úteis.

Em 30 de dezembro de 2015, foi realizado o 2º aditivo do contrato, prorrogado para 31 de agosto de 2016, e destinação adicional de R\$ 1.261.827, totalizando R\$ 4.814.874, considerando a contra partida de aporte de recursos da CBTM.

8. Contas a pagar

Estão assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Serviços a pagar	364.639	24.568
Utilidades públicas	3.695	7.570
Acordos a pagar	92.792	-
Contas a pagar	-	68.378
	<u>461.126</u>	<u>100.516</u>
Circulante	386.031	100.516
Não circulante	75.095	-

9. Obrigações fiscais e trabalhistas

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
PIS sobre folha de pagamento	1.279	1.665
IRRF	21.622	19.700
Impostos retidos na fonte	4.742	3.180
	27.643	24.545
Salários a pagar	37.699	75.279
Férias a pagar	117.791	5.137
Obrigações previdenciárias	87.499	175.805
Outras obrigações trabalhistas	17.197	18.426
	260.186	274.647
Total	<u>287.829</u>	<u>299.192</u>

10. Parcelamentos de impostos

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
INSS	-	12.568
IRRF	378.550	462.699
	378.550	475.267
Circulante	28.049	124.766
Não circulante	350.501	350.501

Em 2016, a Entidade consolidou o parcelamento da dívida junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no montante de R\$ 560.987, em 60 parcelas, com pagamento iniciado em março de 2016. O parcelamento corresponde a débitos de Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

11. Provisão para contingências

A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, e quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Com base no parecer emitido pelo assessor jurídico, não há qualquer processo contra a Entidade que gere a necessidade de provisões contábeis.

A Companhia possui riscos de perdas classificados como possíveis, que totalizam R\$ 15.027.841, sendo R\$ 6.088.377 de processos tributários e R\$ 8.939.464 de processos cíveis. Com base na avaliação de seus assessores legais, não há a necessidade de provisão para essas contingências.

12. Patrimônio líquido

O Patrimônio líquido é constituído pelos resultados acumulados de cada exercício, referentes às operações inerentes à Entidade e pelas doações de bens recebidas.

13. Lei Agnelo/Piva

A Confederação Brasileira de Tênis de Mesa recebeu recursos da Lei Agnelo/Piva para utilização no objeto social da Entidade. Esse montante é registrado em caixa e equivalentes de caixa ou em contrapartida de contas a pagar. Durante o exercício, a Entidade utilizou o montante de R\$ 4.317.723 (R\$ 5.281.118 em 2016) nas operações do objeto social da Entidade, registrando receitas e despesas de igual montante para manter o equilíbrio na apuração do resultado deste convênio, conforme demonstramos a seguir:

As receitas estão assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
COB	2.580.995	3.818.775
CPB	1.736.728	1.462.343
	<u>4.317.723</u>	<u>5.281.118</u>

Os gastos estão assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Manutenção da entidade	445.155	635.405
Programas e projetos de fomento	843.432	1.893.353
Preparação técnica	-	55.339
Manutenção de atletas	20.150	38.200
Participações em competições	796.785	709.287
Centro treinamento	475.473	465.620
Total gastos – COB	2.580.995	3.797.204
Manutenção da entidade	689.806	535.400
Programas e projetos de fomento	653.116	138.625
Participações em competições	403.806	788.318
Total gastos – CPB	1.736.728	1.462.343
	<u>4.317.723</u>	<u>5.259.547</u>

14. Receita com eventos e torneios

Estão assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas com eventos	614.885	259.999
Receitas com torneios e competições	321.620	361.697
	<u>936.505</u>	<u>621.696</u>

15. Despesas gerais

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas com pessoal	65.556	125.752
Despesas com utilidades e serviços	182.160	63.739
Despesas gerais	1.243.815	400.916
Depreciação	747.576	110.899
Provisão para contingências	-	96.588
Despesas com férias e encargos	117.791	-
	<u>2.356.898</u>	<u>797.894</u>

16. Seguros

A Entidade mantém cobertura de seguros contra incêndios, raios e explosões, danos elétricos, roubo, furto, para o imóvel, maquinários, equipamentos, instrumentos, mobiliário, utensílios e suas respectivas instalações. Os montantes segurados são julgados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros.

* * *